

namento dos diversos atores que farão parte do projeto e consultoria de processos - basicamente a instalação de toda a infraestrutura necessária para que o sistema de monitoramento opere dentro das unidades, além da parte de conectividade e links para viabilizar o funcionamento de toda a estrutura.

A seguir foi apresentada a arquitetura do projeto, onde todos os sensores das escolas estarão ligados numa rede de internet, todas as unidades com firewall e switch. Num primeiro momento as imagens passarão para o monitoramento nas inspetorias regionais da GCM, com espelhamento no Centro de Operações Integradas da PM para casos mais graves que possam acontecer, também sobre responsabilidade de gerência da Secretaria de Segurança Urbana, e finalmente no nível do Centro Integrado de Monitoramento (CETEL – Secretaria de Segurança Urbana).

Finalizando a apresentação o Assessor devolveu a palavra ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, que franqueou a palavra aos representantes das empresas para questionamentos e considerações.

Após alguns segundos, como os representantes não se pronunciaram, o dirigente da mesa solicitou que os mesmos se apresentassem, convocando-os um a um por ordem de assinatura na ficha de presença.

O primeiro a se manifestar foi o Sr. Paulo Rogério, representante da empresa Claro Embratel S.A, que colocou duas preocupações que, segundo ele impacta muitos as operadoras. A primeira trata da impossibilidade de estabelecer consórcio, já que devido à abrangência do projeto a empresa não conseguiria atender a demanda necessária sozinha. A segunda questão diz respeito à comprovação dos índices financeiros, sugerindo que, para as empresas que não atendam os índices, que a comprovação seja feita através do capital social ou do patrimônio líquido. Encerrando sua fala, pontuou que, caso houvesse dúvidas técnicas, os colegas enviariam via chat na transmissão online, e se colocou à disposição para o necessário.

Em resposta ao representante, o Sr. Vinicius pontuou que o impedimento do consórcio se dá exatamente pela divisão do projeto em duas licitações específicas, e dentro de uma delas a divisão em lotes. Explicou que esta administração foi bastante flexível no que se refere à subcontratação, justamente para que empresas que ofereçam o objeto da licitação possam subcontratar prestadores para o que não for da sua abrangência.

Sobre a subcontratação, o Sr. Paulo Rogério pontuou que é um procedimento que impacta em tributação, e que parte do objeto requer instalação de infraestrutura elétrica. Desta forma, fica a critério da comissão realizar ou não a revisão do edital, considerando que haverá um ganho de imposto na subcontratação.

Em resposta, Sr. Omar reforçou que o objetivo da Audiência era colher as colocações das empresas interessadas e analisar cada uma delas a fim de que tomem a decisão que possibilite a execução do projeto e ao mesmo tempo satisfaça as necessidades e atinja os objetivos daquilo que está sendo posto. Sendo assim, é muito provável que algumas questões não sejam decididas imediatamente durante a sessão, mas que todas serão registradas, ponderadas e respondidas. Sobre os índices financeiros, o Chefe de Gabinete passou a palavra para o Coordenador de COMPS, Sr. Caio, a fim de que este elucide a questão.

O coordenador afirmou que os índices estão previstos no item 9.3.3 do edital e pediu que o representante fosse mais específico quanto à dúvida. Este respondeu que não havia analisado todo o edital, e pediu desculpas caso seu questionamento inicial já estivesse contemplado no edital, mas que levantou o tema por ser um ponto importante para sua empresa.

Seguindo pela ordem das assinaturas, o Sr. Omar considera que não haverá prejuízo em retomar as falas, caso haja alguma dúvida ou consideração de outras empresas sobre assuntos que possam surgir. Em seguida passou a palavra para a empresa INETUM que, representada pelo Sr. Ricardo respondeu que haviam feito uma leitura bem detalhada do processo e não restaram dúvidas nem considerações.

A próxima a receber a palavra foi a empresa COGNYTE, seguida pelas empresas BZG, Net Telecom, Hikvision e Seal, que também não quiseram se manifestar.

Ao receber a palavra o Sr. João, representante da Telefônica Vivo, pontuou que a quantidade de links solicitada no edital está abaixo do que seria necessário para uma real transmissão de imagem, sugerindo que se realizasse ou apresentasse o estudo utilizado para medir a capacidade dos links de transmissão de transmissão de imagem. O segundo ponto apresentado foi em relação à parte de segurança cibernética – firewall. O interessado questionou a integração das marcas de firewall, já que são cinco lotes que poderão ser vencidos por cinco empresas diferentes, o que poderia comprometer a funcionalidade na gestão de segurança da informação por não haver integração total entre os sistemas de diferentes fabricantes. O representante ainda mencionou que existem outras dúvidas mais técnicas e que serão enviadas posteriormente.

Com a palavra, o Sr. Vinicius respondeu que a capacidade dos links se baseou em estudos realizados internamente, e após aprofundar os estudos, a comissão concorda que o dimensionamento dos links pode estar abaixo do necessário, solicitando que o questionamento fosse enviado de forma escrita para que pudesse ser analisado com maior profundidade. Com relação à segurança cibernética, relatou que outras empresas explicitaram o mesmo questionamento, e pontuou que a solução considerada a princípio seria delimitar a compatibilidade dos firewalls, sendo de mesma marca e modelo, prevenindo a integração total entre os participantes.

Complementando, o Sr. João Gustavo considerou que, por se tratar de informações muito importantes e de extrema segurança, para evitar um vazamento de imagens ou informações trocadas entre escolas e entre centros de controle, deve-se considerar que a customização ou integração entre fabricantes resulta na perda de mais de 50% da capacidade de gestão. Encerrando sua fala, afirmou que enviará estes apontamentos de forma detalhada por escrito, bem como estudos realizados pela empresa sobre o tema.

O Sr. Omar pontuou que também estava presente na mesa o Sr. Aparecido (Coordenador de COTIC), o qual estava tomando nota das manifestações que serão ponderadas e consideradas futuramente na busca de uma alternativa para dar seguimento ao projeto. Aproveitando a Consulta Pública, questiona aos presentes sobre se a Administração mantivesse o Edital da forma em que esta, se todas as empresas presentes teriam a capacidade de oferecer o firewall de maneira integrada.

O Sr. Sinei se posiciona informando que acredita que os protocolos padronizados de comunicação de integração “interoffice” entre os firewall independente das marcas, consigam se comunicar e prever a solução proposta pra cumprir o objetivo das especificações da licitação. Outra opção de conectividade, visando à segurança, privacidade dos dados e garantia de latência numa comunicação de imagem em tempo real, seria uma interconexão através de uma rede MPLS fechada pra transporte das imagens das unidades até os pontos concentradores, o que já é uma prática de mercado, que objetiva uma comunicação rápida e de baixa latente.

O Sr. Silvio informou que já é utilizado esse modelo nas escolas, mas segundo apontamento da área de TI foi decidido apartar estes links, não utilizando o que já há de estrutura a fim de evitar um colapso, mas se comprometeram em verificar o apontamento com o setor técnico, visando à questão de segurança.

Feitas estas considerações o Sr. Caio, realizou a leitura de uma pergunta feita pelo chat do Sr. Anderson, sobre o porque dos funcionários escolares não terem acesso as imagens.

O Sr. Vinicius justificou que os profissionais das unidades escolares não terão acesso as imagens por não terem nenhum

papel na gestão deste projeto de segurança, as imagens ficarão a cargo da secretaria de segurança e dos profissionais que atuaram no projeto.

Em seguida a Sra. Fernanda, sugeriu que o prazo de execução do item 5 alínea g, que consta três meses, fosse alterado para oito meses.

O Sr. Omar informou que haviam pensado no escalonamento sobre estas colocações, não sendo exigida esta quantidade em uma única toada e devolve a pergunta aos representantes das empresas se, mesmo com o escalonamento, o prazo seria um impeditivo. O Sr. Vinicius complementou que ainda que o total de 32 inspetorias regionais não era definitivo e reconheceu a ausência de um cronograma financeiro, onde estejam especificadas as obrigações a serem cumpridas em qual período de tempo. No entanto, oito meses é um prazo muito alongado, considerando um período de cinco a seis meses mais que o suficiente para a conclusão da implantação do projeto na rede.

A Sra. Fernanda concordou com o novo prazo, e o Sr. Vinicius reiterou que estava se referindo ao prazo para a instalação total do projeto, considerando que o outro objeto (inteligência e gestão) deverá ser finalizado em menor prazo, obtendo concordância da representante.

A representante da empresa Seal também fez um questionamento sobre os atestados exigidos no item “Qualificação Técnica”, pontuando que o documento “Atestado de Consultoria de Processos e Procedimentos” estaria restringindo a participação de alguns integradores. Em resposta o Sr. Vinicius afirma que todos os atestados solicitados estão intrinsecamente ligados aos objetos da licitação, e pede maiores explicações à representante, que informa que o atestado emitido por órgãos competentes normalmente trazem listados os equipamentos e não o procedimento. Reiterando sua fala, o Sr. Vinicius reforça que é um projeto de alta complexidade tanto na sua concepção quanto na sua implantação, por isso o atrelamento da consultoria à qualificação técnica. No entanto, a sugestão da participante será levada em consideração.

Ainda na questão da capacitação técnica, o Sr. Paulo Rogério se mostrou concordante com a Sra. Maria Fernanda, acrescentando que se o consórcio fosse permitido seria mais plausível a emissão do atestado, e sugere que sejam revistos os itens referentes ao consórcio ou aqueles referentes ao atestado.

Sobre os atestados de capacidade técnica, o Sr. João Gustavo aponta a falta da exigência deste atestado para infraestrutura tecnológica e estrutural de transmissão de dados que garanta a operacionalidade do processo.

Outro representante, que não se identificou, pediu a palavra e solicitou esclarecimento sobre questionamentos enviados previamente, se serão respondidos. O Sr. Omar responde que sim, no prazo da consulta pública, acrescido das observações feitas na audiência com adequações que julgarem necessárias, todos os questionamentos serão considerados e respondidos.

Considerando a fala do colega representante da Telefônica Vivo, o mesmo representante pede esclarecimento sobre a necessidade ou não de a empresa ser operadora de telecomunicação, pontuando que seu entendimento foi de que a empresa poderia adquirir este serviço para fornecer aos solicitantes. O Sr. Vinicius confirma o entendimento do representante esclarecendo que a subcontratação é possível, e que a empresa contratada por esta administração será a responsável legal perante o contrato. Acresce também que todas as questões feitas durante a audiência sejam enviadas também da forma mais clara e detalhada possível para que seja feita uma análise mais profunda.

Após a consideração do Sr. Vinicius, o Sr. Omar passou a palavra para o Sr. Caio para leitura de questões feitas via internet. Este registra a colocação do Sr. Renan Alves sobre a flexibilização do Consórcio e lê o questionamento do Sr. Anderson Monteiro para o Sr. Vinicius sobre os tipos, funcionamento e quantidade de aparelhos VOIP PBX. O Sr. Vinicius respondeu que a resposta será enviada via e-mail de forma detalhada após análise e discussão com a equipe, já que o questionamento também foi feito online.

A Sr. Fernanda pede a palavra e solicita que seja diminuída a quantidade de dispositivos a serem distribuídos, com a finalidade da abertura da competitividade do certame, enfatizando a questão do consórcio. E tem sua fala registrada pelo Sr. Omar. A representante também solicita que o objeto link seja separado em um certame separado dos demais objetos, também com objetivo de abrir a competitividade do certame, e em resposta o Sr. Omar afirma que a proposta será analisada pela comissão técnica. Por fim, a dúvida exposta pela representante em relação à integração e compatibilidade entre os sistemas contratados e o projeto City Câmeras.

O Sr. Vinicius responde ao questionamento observando que o projeto City Câmeras esta em processo de mudança de BMS, e informa que no primeiro momento esta compatibilidade não é essencialmente necessária. Complementando a fala, o Sr. Marcel, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, pontua que todas as imagens estarão integradas à Plataforma City Câmeras, sendo que no termo de referência é indicado padrão H265 para a compressão das imagens e na questão das City Câmeras, como são para browser e atender aplicativos Android e IOS, a compressão deve ser H264, portanto a empresa deverá considerar estes itens para integras as câmeras. Acrescentando que, na questão do firewall, deverá ser ofertada uma plataforma única que disponibilize a mesma inteligência artificial para que não cause confusão na central de comunicação da Guarda Civil Municipal.

O Coordenador Caio Fujita sinaliza que mais questionamentos oram feitos pelo Sr. Anderson via chat online e que estas serão respondidas juntamente com o questionamento anterior.

Não havendo mais nenhuma colocação por nenhuma das partes, o Sr. Omar reitera o agradecimento pela participação de todos, mantendo abertas as portas das Secretarias do Município, declarando encerrada a Audiência Pública 002/SME/2021.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 003/SME 2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6016.2021/0082589-6, tendo como objeto a abertura do prego para a Contratação de empresa especializada para implantação, execução, treinamento e manutenção de solução integrada de monitoramento e gerenciamento de eventos em 32 Centros Regionais de Monitoramento, espelhamento no COI e o Centro Integrado de Monitoramento, cujas características e especificações técnicas encontram-se descritas nos Anexos deste Edital.

Aos 30 dias de Agosto de 2021, às 10h40, iniciou-se a Audiência Pública nº 002/SME/2021, no Auditório da SME, situado à Rua Dr. Diogo de Farias, nº 1.247 – Vila Clementino – São Paulo/SP, conforme publicação do Diário Oficial da Cidade de São Paulo, de 26/05/2021 página 57. Informamos que a minuta do edital ficou disponível para consulta no seguinte endereço eletrônico: www.e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br

Em vista da necessidade do distanciamento social, em decorrência da situação de emergência causada pela pandemia da COVID-19, foi permitida somente a entrada das 40 (quarenta) primeiras pessoas no Auditório. Informamos que a mencionada Audiência Pública pode ser acompanhada através de transmissão no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/channel/UCV32mpxm4iNGrCqT2R94Hg>.

Reuniram-se os membros da mesa juntamente com os interessados na futura licitação presentes à audiência, com a finalidade de colher dúvidas, críticas e sugestões dos potenciais interessados na futura licitação, na modalidade prego eletrônico.

A mesa que dirigiu os trabalhos foi composta pelos seguintes servidores da SME: Omar Cassim Neto (Chefe de Gabinete), Malde Villas Bôas (Secretária Executiva), Dra. Tatiana Batista (Procuradora SME/Assessoria Jurídica), Caio Fujita (Coordena-

dor da COMPS), Vinicius Anas (Assessor Técnico), Aparecido de V. Júnior (Coordenador de COTIC), Maria das Dores Alves de Oliveira (Chefe de Gabinete SMSU), Marcel Bussolin Marques (Coordenação de Políticas Integradas e Parcerias), Angélica Regina Rocha (Divisão de Análise e Planejamento) e Paulo Henrique Cardoso dos Santos (Assessor Técnico).

Compareceram à audiência os seguintes interessados, Paulo Rogério Santos (CLARO S/A), Alcino Fernandes (INETUM), Bruno Souza (COGNYTE), Ricardo A. Martin (INFITUM), Marcelo Salles (BRG), Julio Terraço (NET TELECOM), MICHEL RESENDE (INETUM), Osvaldo Nogueira (HITIVISON), Maria Fernanda da Verpa (SEAL), Rodrigo Chaves da Silva (SEAL), João Gustavo Maciel (TELEFONICA VIVO), Carlos Yamamoto (AMERICA NET) e Sinei Pessoa (AMERICA NET) conforme disposto na Lista de Presença (documento SEI nº 051607422).

A abertura dos trabalhos deu-se pelo Chefe de Gabinete, Omar Cassim, que saudou e justificou o atraso do início da audiência devido à entrada de todos os presentes, além disso, agradeceu o trabalho conjunto entre as pastas, e ressaltou que a interatividade e a interdisciplinaridade entre o todo é o que se busca. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Maria das Dores e o Sr. Vinicius Anas para conduzir com a apresentação do projeto e pontuar os pontos principais deste.

Dando início à apresentação o Sr. Vinicius, ressaltou a parceria entre a Secretária de Educação e Segurança Urbana com apoio da Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar do Estado de São Paulo na elaboração do projeto em questão. Em sua fala ponderou que o modelo em vigência nas unidades escolares não fornece os instrumentos necessários para promover uma escola segura, uma vez que as informações a respeito da segurança das unidades são inexistentes, ocasionando uma falta de planejamento, integração e efetividade. Os motivos que levaram à estruturação deste projeto com os objetos desta audiência foram aumentar a eficiência nas respostas e o monitoramento dos alunos e servidores e a redução de custos do modelo de vigilância que existe atualmente, além da integração de todos os agentes, os quais têm seu papel e responsabilidades bem definidos.

Também deve haver processos padronizados de segurança, uma gestão em tempo real, centralizada e coordenada por vídeo, com estrutura hierarquizada com diversos níveis de atuação e tecnologia de fácil atuação e integração com diversos sensores, tipos de câmeras e diversos sistemas padronizados e simplificados, de forma que possam ser expandidos. Com isso, pretende-se alcançar confiabilidade por parte da sociedade e da gestão administrativa.

Os objetivos almejados com a implantação deste modelo de segurança são a implantação de projeto totalmente automatizado, com alto nível de aplicação tecnológica e inteligência artificial, já que é impossível à capacidade humana monitorar tamanha quantidade de unidades escolares, a economia de escala relativamente alta com vigilância presencial desnecessária e não utilizada no projeto e o estabelecimento de princípios diretores de segurança pra que haja efetividade na prevenção e na resposta pronta e rápida pra quaisquer ações que possam vir a acontecer, seja contra pessoal, patrimônio, documentos e o ambiente escolar como um todo.

Para garantir que estes objetivos sejam alcançados, serão estabelecidos protocolos bem definidos e bem padronizados para ações de segurança em casos de emergência que, apesar de serem relativamente baixos e quase inexistentes dentro da rede atualmente, devem ser previstos; por isso o monitoramento 24 horas por dia e sete dias por semana.

Ainda em sua apresentação, o Sr. Vinicius explica que o projeto foi dividido em dois processos licitatórios que, apesar de distintos, são integrados, onde uma parte consta da ata de implantação na ponta e manutenção, e o outro processo com a parte de inteligência e gestão. Os itens que compõem o primeiro processo licitatório são: instalação e adequação de todos os centros, pra todo o CETEL, nas 32 Inspetorias Regionais e nos Centros de Operações Integradas da PM e a parte de sistemas, servidores, armazenamento, comunicação, link, conectividade, videowall, mobiliário, gestão das operações incidentes, treinamento dos diversos atores que farão parte do projeto e consultoria de processos - basicamente a instalação de toda a infraestrutura necessária para que o sistema de monitoramento opere dentro das unidades, além da parte de conectividade e links para viabilizar o funcionamento de toda a estrutura.

A seguir foi apresentada a arquitetura do projeto, onde todos os sensores das escolas estarão ligados numa rede de internet, todas as unidades com firewall e switch. Num primeiro momento as imagens passarão para o monitoramento nas inspetorias regionais da GCM, com espelhamento no Centro de Operações Integradas da PM para casos mais graves que possam acontecer, também sobre responsabilidade de gerência da Secretaria de Segurança Urbana, e finalmente no nível do Centro Integrado de Monitoramento (CETEL – Secretaria de Segurança Urbana).

Finalizando a apresentação o Assessor devolveu a palavra ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, que franqueou a palavra aos representantes das empresas para questionamentos e considerações.

Após alguns segundos, como os representantes não se pronunciaram, o dirigente da mesa solicitou que os mesmos se apresentassem, convocando-os um a um por ordem de assinatura na ficha de presença.

O primeiro a se manifestar foi o Sr. Paulo Rogério, representante da empresa Claro Embratel S.A, que colocou duas preocupações que, segundo ele impacta muitos as operadoras. A primeira trata da impossibilidade de estabelecer consórcio, já que devido à abrangência do projeto a empresa não conseguiria atender a demanda necessária sozinha. A segunda questão diz respeito à comprovação dos índices financeiros, sugerindo que, para as empresas que não atendam os índices, que a comprovação seja feita através do capital social ou do patrimônio líquido. Encerrando sua fala, pontuou que, caso houvesse dúvidas técnicas, os colegas enviariam via chat na transmissão online, e se colocou à disposição para o necessário.

Em resposta ao representante, o Sr. Vinicius pontuou que o impedimento do consórcio se dá exatamente pela divisão do projeto em duas licitações específicas, e dentro de uma delas a divisão em lotes. Explicou que esta administração foi bastante flexível no que se refere à subcontratação, justamente para que empresas que ofereçam o objeto da licitação possam subcontratar prestadores para o que não for da sua abrangência.

Sobre a subcontratação, o Sr. Paulo Rogério pontuou que é um procedimento que impacta em tributação, e que parte do objeto requer instalação de infraestrutura elétrica. Desta forma, fica a critério da comissão realizar ou não a revisão do edital, considerando que haverá um ganho de imposto na subcontratação.

Em resposta, Sr. Omar reforçou que o objetivo da Audiência era colher as colocações das empresas interessadas e analisar cada uma delas a fim de que tomem a decisão que possibilite a execução do projeto e ao mesmo tempo satisfaça as necessidades e atinja os objetivos daquilo que está sendo posto. Sendo assim, é muito provável que algumas questões não sejam decididas imediatamente durante a sessão, mas que todas serão registradas, ponderadas e respondidas. Sobre os índices financeiros, o Chefe de Gabinete passou a palavra para o Coordenador de COMPS, Sr. Caio, a fim de que este elucide a questão.

O coordenador afirmou que os índices estão previstos no item 9.3.3 do edital e pediu que o representante fosse mais específico quanto à dúvida. Este respondeu que não havia analisado todo o edital, e pediu desculpas caso seu questionamento inicial já estivesse contemplado no edital, mas que levantou o tema por ser um ponto importante para sua empresa.

Seguindo pela ordem das assinaturas, o Sr. Omar considera que não haverá prejuízo em retomar as falas, caso haja alguma dúvida ou consideração de outras empresas sobre assuntos que possam surgir. Em seguida passou a palavra para a empresa INETUM que, representada pelo Sr. Ricardo respondeu que haviam feito uma leitura bem detalhada do processo e não restaram dúvidas nem considerações.

A próxima a receber a palavra foi a empresa COGNYTE, seguida pelas empresas BZG, Net Telecom, Hikvision e Seal, que também não quiseram se manifestar.

Ao receber a palavra o Sr. João, representante da Telefônica Vivo, pontuou que a quantidade de links solicitada no edital está abaixo do que seria necessário para uma real transmissão de imagem, sugerindo que se realizasse ou apresentasse o estudo utilizado para medir a capacidade dos links de transmissão de transmissão de imagem. O segundo ponto apresentado foi em relação à parte de segurança cibernética – firewall. O interessado questionou a integração das marcas de firewall, já que são cinco lotes que poderão ser vencidos por cinco empresas diferentes, o que poderia comprometer a funcionalidade na gestão de segurança da informação por não haver integração total entre os sistemas de diferentes fabricantes. O representante ainda mencionou que existem outras dúvidas mais técnicas e que serão enviadas posteriormente.

Com a palavra, o Sr. Vinicius respondeu que a capacidade dos links se baseou em estudos realizados internamente, e após aprofundar os estudos, a comissão concorda que o dimensionamento dos links pode estar abaixo do necessário, solicitando que o questionamento fosse enviado de forma escrita para que pudesse ser analisado com maior profundidade. Com relação à segurança cibernética, relatou que outras empresas explicitaram o mesmo questionamento, e pontuou que a solução considerada a princípio seria delimitar a compatibilidade dos firewalls, sendo de mesma marca e modelo, prevenindo a integração total entre os participantes.

Complementando, o Sr. João Gustavo considerou que, por se tratar de informações muito importantes e de extrema segurança, para evitar um vazamento de imagens ou informações trocadas entre escolas e entre centros de controle, deve-se considerar que a customização ou integração entre fabricantes resulta na perda de mais de 50% da capacidade de gestão. Encerrando sua fala, afirmou que enviará estes apontamentos de forma detalhada por escrito, bem como estudos realizados pela empresa sobre o tema.

O Sr. Omar pontuou que também estava presente na mesa o Sr. Aparecido (Coordenador de COTIC), o qual estava tomando nota das manifestações que serão ponderadas e consideradas futuramente na busca de uma alternativa para dar seguimento ao projeto. Aproveitando a Consulta Pública, questiona aos presentes sobre se a Administração mantivesse o Edital da forma em que esta, se todas as empresas presentes teriam a capacidade de oferecer o firewall de maneira integrada.

O Sr. Sinei se posiciona informando que acredita que os protocolos padronizados de comunicação de integração “interoffice” entre os firewall independente das marcas, consigam se comunicar e prever a solução proposta pra cumprir o objetivo das especificações da licitação. Outra opção de conectividade, visando à segurança, privacidade dos dados e garantia de latência numa comunicação de imagem em tempo real, seria uma interconexão através de uma rede MPLS fechada pra transporte das imagens das unidades até os pontos concentradores, o que já é uma prática de mercado, que objetiva uma comunicação rápida e de baixa latente.

O Sr. Silvio informou que já é utilizado esse modelo nas escolas, mas segundo apontamento da área de TI foi decidido apartar estes links, não utilizando o que já há de estrutura a fim de evitar um colapso, mas se comprometeram em verificar o apontamento com o setor técnico, visando à questão de segurança.

Feitas estas considerações o Sr. Caio, realizou a leitura de uma pergunta feita pelo chat do Sr. Anderson, sobre o porque dos funcionários escolares não terem acesso as imagens.

O Sr. Vinicius justificou que os profissionais das unidades escolares não terão acesso as imagens por não terem nenhum papel na gestão deste projeto de segurança, as imagens ficarão a cargo da secretaria de segurança e dos profissionais que atuaram no projeto.

Em seguida a Sra. Fernanda, sugeriu que o prazo de execução do item 5 alínea g, que consta três meses, fosse alterado para oito meses.

O Sr. Omar informou que haviam pensado no escalonamento sobre estas colocações, não sendo exigida esta quantidade em uma única toada e devolve a pergunta aos representantes das empresas se, mesmo com o escalonamento, o prazo seria um impeditivo. O Sr. Vinicius complementou que ainda que o total de 32 inspetorias regionais não era definitivo e reconheceu a ausência de um cronograma financeiro, onde estejam especificadas as obrigações a serem cumpridas em qual período de tempo. No entanto, oito meses é um prazo muito alongado, considerando um período de cinco a seis meses mais que o suficiente para a conclusão da implantação do projeto na rede.

A Sra. Fernanda concordou com o novo prazo, e o Sr. Vinicius reiterou que estava se referindo ao prazo para a instalação total do projeto, considerando que o outro objeto (inteligência e gestão) deverá ser finalizado em menor prazo, obtendo concordância da representante.

A representante da empresa Seal também fez um questionamento sobre os atestados exigidos no item “Qualificação Técnica”, pontuando que o documento “Atestado de Consultoria de Processos e Procedimentos” estaria restringindo a participação de alguns integradores. Em resposta o Sr. Vinicius afirma que todos os atestados solicitados estão intrinsecamente ligados aos objetos da licitação, e pede maiores explicações à representante, que informa que o atestado emitido por órgãos competentes normalmente trazem listados os equipamentos e não o procedimento. Reiterando sua fala, o Sr. Vinicius reforça que é um projeto de alta complexidade tanto na sua concepção quanto na sua implantação, por isso o atrelamento da consultoria à qualificação técnica. No entanto, a sugestão da participante será levada em consideração.

Ainda na questão da capacitação técnica, o Sr. Paulo Rogério se mostrou concordante com a Sra. Maria Fernanda, acrescentando que se o consórcio fosse permitido seria mais plausível a emissão do atestado, e sugere que sejam revistos os itens referentes ao consórcio ou aqueles referentes ao atestado.

Sobre os atestados de capacidade técnica, o Sr. João Gustavo aponta a falta da exigência deste atestado para infraestrutura tecnológica e estrutural de transmissão de dados que garanta a operacionalidade do processo.

Outro representante, que não se identificou, pediu a palavra e solicitou esclarecimento sobre questionamentos enviados previamente, se serão respondidos. O Sr. Omar responde que sim, no prazo da consulta pública, acrescido das observações feitas na audiência com adequações que julgarem necessárias, todos os questionamentos serão considerados e respondidos.

Considerando a fala do colega representante da Telefônica Vivo, o mesmo representante pede esclarecimento sobre a necessidade ou não de a empresa ser operadora de telecomunicação, pontuando que seu entendimento foi de que a empresa poderia adquirir este serviço para fornecer aos solicitantes. O Sr. Vinicius confirma o entendimento do representante esclarecendo que a subcontratação é possível, e que a empresa contratada por esta administração será a responsável legal perante o contrato. Acresce também que todas as questões feitas durante a audiência sejam enviadas também da forma mais clara e detalhada possível para que seja feita uma análise mais profunda.

Após a consideração do Sr. Vinicius, o Sr. Omar passou a palavra para o Sr. Caio para leitura de questões feitas via